

AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
demonstrações contábeis

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
---	---

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços	
patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Uruguaiana Empreendimentos S/A
Uruguaiana - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AES Uruguaiana Empreendimentos S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, AES Uruguaiana Empreendimentos S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota 1.2 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia tem sido significativamente afetada pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, resultando em incertezas em relação à sua capacidade de garantir o fluxo regular desse combustível e a consequente estabilidade de suas operações.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável,

e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

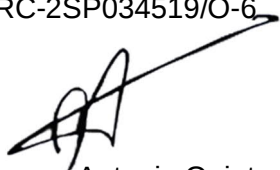
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC – 1SP132776/O-3

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	2018	2017
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	23
Investimentos de curto prazo	4	104.432	175.653
Contas a receber	5	-	561
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	4.658	20.274
Outros créditos	7	1.016	22.079
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		110.191	218.590
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a receber por venda de energia - CCEE	6	-	33.121
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	18.364	-
Cauções e depósitos vinculados	12.1	3.218	2.400
Outros créditos	7	1.929	2.852
Imobilizado, líquido	9	314.296	337.181
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	10	(314.296)	(337.181)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.511	38.373
TOTAL DO ATIVO		133.702	256.963
<u>PASSIVO</u>	Notas	2018	2017
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		1.291	1.104
Outros tributos a pagar		86	79
Dividendos a pagar	19	-	76.570
Obrigações sociais e trabalhistas	11	909	912
Provisões para processos judiciais	12.1	99	99
Encargos setoriais		1.299	3.896
Outras obrigações		2	5
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.686	82.665
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	6	-	70.887
Provisões para processos judiciais	12.1	87.674	1.398
Encargos setoriais		1.317	1.290
Obrigações sociais e trabalhistas	11	36	35
Outras obrigações		2	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		89.029	73.610
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado	13.a	73.417	27.144
Reserva de capital	13.b	183	127
Reservas de lucros			
Reserva legal	13.b	-	5.428
Reserva especial para dividendos não distribuídos	13.b	-	21.716
Aumento de capital proposto	13.a	-	46.273
Prejuízo acumulado		(32.613)	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.987	100.688
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.702	256.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	(608)	(2.138)
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica/gás			
Energia elétrica comprada		(8.522)	(3.141)
Taxa de fiscalização		(1.639)	(1.636)
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(3.389)	(3.131)
Entidade de previdência privada		(13)	(9)
Serviços de terceiros		(4.780)	(17.800)
Material		(2.718)	(1.308)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	12.1	(87)	(142)
Reversão para redução ao provável valor de realização de ativos	10	22.885	23.664
Depreciação e amortização	9	(22.391)	(23.664)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	492	189.716
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(20.162)	162.549
LUCRO BRUTO		(20.770)	160.411
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	11.254	16.286
Despesas financeiras	17	(50.388)	(1.933)
Variações cambiais, líquidas	17	147	(40)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(38.987)	14.313
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(59.757)	174.724
Contribuição social	18.1	-	(4.749)
Imposto de renda	18.1	-	(13.168)
Contribuição social diferida	18.2	-	(8.156)
Imposto de renda diferido	18.2	-	(22.657)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		-	(48.730)
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(59.757)	125.994
Quantidade ações ON		1.015.222.739	1.015.222.739
Resultado por ação - básico e diluído - em Reais		(0,059)	0,124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(59.757)	125.994
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(59.757)	125.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Reserva de capital		Reservas de lucros		Aumento de capital proposto	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Reserva legal	Reserva de dividendos não distribuídos			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.562	100	1.712	20.154	5.278	-	35.806
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	125.994	125.994
<u>Transações com os acionistas:</u>							
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(61.139)	(61.139)
Remuneração com base em ações	-	27	-	-	-	-	27
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	13	-	-	14.866	-	(14.866)	-
<u>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</u>							
Reserva legal	-	-	3.716	-	-	(3.716)	-
Aumento de capital	18.582	-	-	(13.304)	(5.278)	-	-
Aumento de capital proposto	13	-	-	-	46.273	(46.273)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.144	127	5.428	21.716	46.273	-	100.688
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(59.757)	(59.757)
<u>Transações com os acionistas:</u>							
Remuneração com base em ações	-	56	-	-	-	-	56
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Aumento de capital	13	46.273	-	-	(46.273)	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(5.428)	(21.716)	-	27.144	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	73.417	183	-	-	-	(32.613)	40.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Atividades operacionais		
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(59.757)	125.994
Ajustes para conciliar o lucro líquido do semestre com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	22.391	23.664
Variações monetárias e cambiais	46.459	(174)
Provisão para processos judiciais	597	936
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(9.414)	(15.930)
Reversão para redução ao provável valor de realização	(22.885)	(23.664)
Baixa de ativo imobilizado	494	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	30.813
Ações e opções de ações outorgadas	56	27
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber	561	2.406
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	17.917
Outros tributos compensáveis	149	(218)
Despesas pagas antecipadamente	912	(2.896)
Outros créditos	21.074	(101)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	187	(821)
Outros tributos a pagar	7	13
Obrigações sociais e trabalhistas	(2)	(133)
Encargos setoriais	(2.570)	784
Outras obrigações	(1)	5
	(1.742)	158.622
Pagamento de processos judiciais	(48)	(142)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.314)	(26.781)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	17.751	5.731
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	12.647	137.430
Atividades de investimentos		
Aplicações em investimento de curto prazo	(162.938)	(240.710)
Resgates de investimento de curto prazo	227.485	103.689
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(562)	(608)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos	63.985	(137.629)
Atividades de financiamentos:		
Dividendos pagos	(76.570)	-
Caixa líquido (usado) nas atividades de financiamentos	(76.570)	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	62	(199)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	23	222
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	85	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
1. RECEITAS	(458)	(2.354)
Receita bruta de venda de energia	(458)	(2.354)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	7.376	191.100
Materiais	(2.718)	(1.308)
Outros custos operacionais	23.396	213.349
Custo da energia comprada	(8.522)	(3.141)
Serviços de terceiros	(4.780)	(17.800)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	6.918	188.746
4. RETENÇÕES	(22.391)	(23.664)
Depreciação e amortização	(22.391)	(23.664)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(15.473)	165.082
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.254	16.286
Receitas financeiras	11.254	16.286
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(4.219)	181.368
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(4.219)	181.368
Empregados (Colaboradores)	2.875	2.598
Remuneração e encargos	2.158	2.084
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	540	386
Benefícios	13	9
FGTS	164	119
Tributos (Governo)	2.316	50.694
Federais	676	49.054
Imposto de renda e contribuição social	-	48.730
COFINS	122	(179)
PIS	27	(39)
INSS	443	456
Encargos sociais - outros	84	86
Estaduais	-	3
Outros	-	3
Encargos regulamentares da concessão	1.640	1.637
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.639	1.636
Pesquisa e desenvolvimento	1	1
Remuneração do capital de terceiros	50.347	2.082
Juros	50.241	1.973
Aluguéis	106	109
Remuneração do capital próprio	(59.757)	125.994
Prejuízo retido	(59.757)	-
Dividendos	-	61.139
Aumento de capital proposto	-	46.273
Reserva de dividendos não distribuídos	-	14.866
Reserva legal	-	3.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Aspectos gerais

A AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (“AESU” ou “Companhia”) é uma companhia de capital fechado, de direito privado, controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoeleétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoeletricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº180/1997. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

A sede da Companhia está localizada na Rodovia BR 472, Km 576, Uruguiana, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia foi vencedora do processo licitatório realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE por meio do Edital de Concorrência Internacional nº CEEE/96-8187, cujo objeto era a aquisição de potência e energia elétrica pela CEEE. Para satisfazer o objeto da licitação, a Companhia responsabilizou-se pela realização e implantação do conjunto de obras integrado pela usina térmica movida a gás natural, em ciclo combinado. Seu parque gerador é composto por uma usina termoeletrica com capacidade instalada bruta de 639,9 MW (megawatts) sendo duas turbinas a gás com capacidade de 187,65 MW cada e uma turbina a vapor com capacidade de 264,60 MW.

1.2 Condições de operação da Usina no período atual

Desde 2004, a Companhia tem enfrentado problemas com fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. (“YPF”), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina. Desde então, a operação e a rentabilidade da Usina ficaram fragilizadas. O cenário agravou-se em maio de 2008, com a interrupção total do fornecimento de gás à Companhia por parte desse fornecedor.

Para que pudesse honrar os compromissos contratuais com as distribuidoras de energia elétrica, a Companhia foi obrigada a comprar energia a um custo, por vezes, maior e sem possibilidade de repasse no preço cobrado às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira.

A Companhia envidou esforços na busca por alternativas que pudessem viabilizar a continuidade das suas operações, mas nenhuma delas teve êxito. Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro de 2009, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos.

Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009. A partir dessa data estão previstas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal.

Durante os meses de fevereiro e março de 2013, março a maio de 2014 e fevereiro a maio de 2015, a Usina operou em caráter emergencial autorizada pelo governo federal. A receita pela energia produzida neste período foi auferida por meio de liquidação no mercado de curto prazo pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Encargo de Serviços do Sistema

(ESS). O preço de venda por MWh da energia produzida foi homologado pela ANEEL, baseando-se nos custos variáveis da Companhia.

Baseada nos eventos descritos acima, e de acordo com o disposto nos parágrafos 66 a 69 do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e o parágrafo 12.b do CPC 01-Redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional não terem se alterado em relação aos períodos anteriores, não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 9).

A Companhia e a YPF formalizaram Contrato de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação em 06 de janeiro de 2017 por meio do aceite pela YPF da carta oferta da Companhia. A YPF se obriga a fornecer o Gás Natural, a ser importado pela Companhia, o qual não será pago, sendo somente transformado em energia elétrica. Após essa transformação, a energia elétrica resultante será entregue à YPF, prevendo que a Companhia deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos. O referido contrato tem condições precedentes, para que a Companhia venha efetivamente auferir receita oriunda do mesmo. A Companhia obteve autorização de carregamento de gás emitido pela Agência Nacional do Petróleo - ANP em 30 de janeiro de 2017 e autorização do MME, para exercer atividade de importação de gás, a qual foi concedida através da Portaria MME nº. 277, publicada em 26 de julho de 2017. No entanto estão pendentes as seguintes condições precedentes (i) contrato de venda de energia elétrica entre a YPF e a entidade argentina CAMMESA (ii) contratos de transporte de gás entre a Companhia e a Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) e a distribuição de gás entre a Companhia e Sulgás (iii) autorização para exportação de energia, que será concedida pelo MME quando a autoridade argentina requerer o despacho da usina de Uruguiana para a Argentina, após existir o contrato entre a YPF e a CAMMESA. O contrato com a YPF compreende uma remuneração fixa pela disponibilidade da usina ao sistema elétrico argentino e uma remuneração em função do volume de energia gerado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de fevereiro de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia mantém provisão integral para redução ao provável valor de recuperação de ativos, tanto no direito de uso de gás natural, quanto no seu ativo imobilizado.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, a Companhia continua envidando esforços para buscar alternativas que viabilizem a remuneração dos ativos da Usina.

Em 2017, a Companhia celebrou contrato com a YPF, no qual a Companhia será remunerada tanto pela disponibilidade quanto pela geração de energia elétrica. O referido contrato possui condições precedentes, as quais quando satisfeitas, permitirá, caso haja demanda de energia pela YPF, a Companhia auferir receita oriunda deste contrato.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos Financeiros

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado").

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica

do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Contas a receber

A Companhia classifica os saldos de outras contas a receber como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

(b.1) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa- PECLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996 com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

(c) Cauções e depósitos vinculados

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

(d) Passivos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº20.1, a Companhia classifica fornecedores, contas a pagar por compras de energia - CCEE e dividendos a pagar, como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. Conforme comentado na nota explicativa nº 1.2, o ativo imobilizado da Companhia encontra-se integralmente provisionado, sem previsão de reversão ao seu valor de custo.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2018. Na medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração (ativo imobilizado)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o seu valor recuperável. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que trata-se de uma única unidade geradora de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, o ativo imobilizado da Companhia encontra-se integralmente provisionado, sem previsão de reversão ao seu valor de custo.

3.4 Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para possibilitar o registro de impostos diferidos ativos é revista no final de cada exercício.

3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.8 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante, se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.9 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais conforme as bases contratadas. A Companhia também efetua vendas no mercado de curto prazo.

(b) Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.10 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir.

(a) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.2, a Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

(b) Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia concluiu que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota explicativa nº 1).

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados, estão descritos na nota explicativa nº 20.

(e) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.4, a Companhia reconhece provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

3.11 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22: Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- IFRS 9: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17.

- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33 / IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	85	23
Total	85	23
Investimentos de curto prazo		
CDB-DI	104.432	40.781
Operação compromissada	-	134.872
Total	104.432	175.653

Os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média, a 99,10% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (97,35% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

5. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Venda de energia no curto prazo (i)	-	561
Totais	-	561

- (i) O saldo referia-se basicamente aos custos adicionais de operação de caráter emergencial incorridos pela Companhia em 2014 pendentes de ressarcimento. Em 11 de setembro de 2018, após análise, o órgão regulador determinou à Companhia o ressarcimento financeiro à conta Encargo de Serviço do Sistema - ESS no montante de R\$5.131, desta forma o saldo a receber foi revertido.

6. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Decorrente de transações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE no período de dezembro de 2000 a março de 2002 a Companhia possuía saldo de contas a pagar por compra de energia no montante de R\$ 70.887 e saldo de contas a receber por venda de energia no montante de R\$ 33.121.

Essas transações estavam sujeitas a sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela controlada Uruguiana (vide nota explicativa nº 12(c.)) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no mesmo período.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.1 (c), em novembro de 2018, o prognóstico do caso foi alterado para perda provável e, desta forma, os saldos de contas a receber e a

pagar relativos as transações da CCEE nos montantes de R\$ 33.121 e 70.887, respectivamente, foram reclassificados para provisões para processos judiciais que atualizados pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, totalizaram R\$85.615 em 31 de dezembro de 2018.

7. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
<u>CIRCULANTE</u>		
Ressarcimento de manutenção (i)	-	21.085
Plano de previdência - Fundo de desligados	35	14
Adiantamento a empregados	11	11
Despesas pagas antecipadamente	970	959
Outros créditos	-	10
Subtotal	1.016	22.079
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Despesas pagas antecipadamente	1.929	2.852
Subtotal	1.929	2.852
Total geral	2.945	24.931

(i) O Ministério de Minas e Energia, através da portaria nº 28 de 10 de fevereiro de 2015, estabeleceu que os custos de manutenção da unidade geradora a gás poderão ser recuperados por meio dos ESS (Encargo do Serviço do Sistema). Desta forma, a Companhia registrou um recebível em contrapartida a uma recuperação de custo em sua demonstração de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou seu pedido junto à ANEEL de ressarcimento dos referidos custos, os quais estavam sujeitos à auditoria e aprovação por parte do órgão regulador. Em 26 de maio de 2017, a ANEEL, por meio de ofício, solicitou a realização de auditoria dos custos incorridos para a execução das atividades de manutenção para fins de ressarcimento, a auditoria foi realizada e concluída em outubro de 2017.

Em 11 de setembro de 2018, a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 7.287 autorizou o ressarcimento financeiro a controlada Uruguiana no montante de R\$ 23.154, que atualizado pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2018 e a data da publicação da resolução, totalizam R\$ 23.814. O ressarcimento será efetuado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, via Encargos de Serviços do Sistema - ESS.

O ressarcimento ocorreu em 10 de outubro de 2018.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	2018	2017
CIRCULANTE		
Imposto de renda	-	11.609
Contribuição social	-	4.171
Imposto de renda retido na fonte	4.254	3.941
COFINS	332	454
PIS	72	99
Subtotal	4.658	20.274
	2018	2017
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda	13.891	-
Contribuição social	4.473	-
Subtotal	18.364	-
Total	23.022	20.274

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

A Companhia apurou lucro real de R\$ 52.769 em 31 de dezembro de 2017. As antecipações de IRPJ e CSLL efetuadas durante o exercício de 2017 foram superiores aos valores apurados a recolher ao término do exercício. Dessa forma, os valores de antecipações efetuadas no exercício de 2017 referente a IRPJ e CSLL no montante de R\$ 11.609 e R\$ 4.171, respectivamente, tornaram-se créditos fiscais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os saldos atualizados de IRPJ no montante de R\$13.891 e CSLL no montante de R\$ 4.473 estão apresentados no ativo não circulante.

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia é composto da seguinte forma:

	2018			2017
	Taxa média de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Terrenos		285	-	285
Termoelétrica	3,2	583.277	(417.400)	165.877
Peças sobressalentes (i)	-	154.868	(21.651)	133.217
Materiais em depósito	-	14.322	-	14.322
Veículos	14,3	266	(248)	18
Móveis e utensílios	6,9	8.527	(8.219)	308
Imobilizado em serviço		761.545	(447.518)	314.027
Imobilizado em andamento	-	269	-	269
Total imobilizado, líquido		761.814	(447.518)	314.296
				(314.296)
				(337.181)

(-) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

- (i) Representam o estoque de manutenção de peças estratégicas das turbinas a gás, necessário devido ao longo período de reparo destas peças, evitando riscos de paralisação das operações das turbinas, no caso de operação normal da usina. A Companhia paralisou a depreciação desses itens em consequência de a mesma ocorrer em função das horas de uso e de estarem integralmente provisionadas.

As movimentações do imobilizado em serviço e em andamento, bem com a depreciação são como segue:

	Terrenos	Termoelétrica	Pecas sobressalentes	Materiais em depósito	Veiculos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Depreciação acumulada	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	285	583.277	154.868	14.790	266	8.527	295	(401.463)	360.845
Adições	-	-	-	-	-	-	-	(23.664)	(23.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	285	583.277	154.868	14.790	266	8.527	295	(425.127)	337.181
Adições	-	-	-	-	-	-	-	(22.391)	(22.391)
Baixas	-	-	-	(468)	-	-	(26)	-	(494)
Total imobilizado, líquido em 31 de dezembro de 2018	285	583.277	154.868	14.322	266	8.527	269	(447.518)	314.296
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(285)	(583.277)	(154.868)	(14.322)	(266)	(8.527)	(269)	447.518	(314.296)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10. PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO PROVÁVEL VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Conforme comentado na nota explicativa nº 1.2, a Companhia por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de um registro de provisão para recuperação dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos assinados com seus clientes e fornecedores.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia assinou acordo com a YPF que prevê o encerramento das discussões no âmbito da Arbitragem. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reavaliou a provisão para redução ao provável valor de recuperação do direito de uso do gás e concluiu por mantê-la registrada até a data do recebimento dos recursos, o qual ocorreu em 10 de janeiro de 2017. Esta conclusão foi suportada pelo próprio acordo assinado, o qual previa que somente quando do recebimento do valor pela Companhia, as discussões abrangidas na Arbitragem seriam então encerradas, incluindo-se a discussão acerca do direito do uso do gás.

As movimentações da provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos são como segue:

	2017			Movimento no exercício		2018		
	Saldo dos ativos	Saldo das provisões	Saldo líquido	Ativos	Reversão (Provisão)	Saldo dos ativos	Saldo das provisões	Saldo líquido
Imobilizado - nota explicativa nº 9	337.181	(337.181)	-	(22.885)	22.885	314.296	(314.296)	-
Total das provisões	337.181	(337.181)	-	(22.885)	22.885	314.296	(314.296)	-

	2016			Movimento no exercício		2017		
	Saldo dos ativos	Saldo das provisões	Saldo líquido	Ativos	Reversão (Provisão)	Saldo dos ativos	Saldo das provisões	Saldo líquido
Direito de uso de gás natural - nota explicativa nº 7	75.061	(75.061)	-	(75.061)	75.061	-	-	-
Imobilizado - nota explicativa nº 9	360.845	(360.845)	-	(23.664)	23.664	337.181	(337.181)	-
Total das provisões	435.906	(435.906)	-	(98.725)	98.725	337.181	(337.181)	-

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

CIRCULANTE	2018	2017
Obrigações sociais e trabalhistas	112	113
Férias	205	209
Participação nos lucros e resultados	290	282
Bônus (i)	302	308
Subtotal	909	912
NÃO CIRCULANTE		
Bônus (i)	36	35
Subtotal	36	35
Total	945	947

- (i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais da The AES Corporation. Representa 50% do Incentivo de Longo Prazo (ILP) de cada diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente Companhia por não se tratar de remuneração baseada em ações. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

12. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

12.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e respectivos depósitos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável estão compostos da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Processos judiciais		Cauções e depósitos vinculados	
	2018	2017	2018	2017
Processos trabalhistas (a)	178	167	228	88
Processo fiscal (b)	1.980	1.330	1.765	1.292
Cível (c)	85.615	-	-	-
Total	87.773	1.497	1.993	1.380
Circulante	99	99	-	-
Não circulante	87.674	1.398	3.218	2.400
Total	87.773	1.497	3.218	2.400

O total de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2018 totalizam o montante de R\$ 3.218 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual estão vinculados, estão demonstrados a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	2018	2017
Processos prováveis	1.993	1.380
Processos possíveis	1.225	882
Processos remotos	-	138
Total	3.218	2.400

- (a) Trabalhista: Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. Os assessores jurídicos da Companhia estimam que esses processos sejam concluídos entre 2019 e 2023. Em 31 de dezembro de 2018, 3 processos (3 processos em 31 de dezembro de 2017) são considerados como de perda provável.
- (b) Fiscal - PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tem decisão de mérito a Companhia vêm efetuando depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica a probabilidade de perda como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia, estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia, efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.
- (c) Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A Companhia ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho n.º 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela Companhia em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Companhia, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela Companhia, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela Companhia, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da Companhia, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da Companhia, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal.

Em 25 de abril de 2016 foi publicada a decisão de 2ª instância que confirmou a decisão de mérito desfavorável de 1ª instância.

No dia 03 de maio de 2016 a Companhia apresentou embargos de declaração requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, foi publicada a decisão do TRF 1 extinguindo a ação cautelar. A Companhia opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal. Em 25 de julho de 2017 foi concedida tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos embargos de declaração da Companhia.

Em 18 de agosto de 2017, a ANEEL apresentou recurso (agravo regimental), contra a decisão favorável à Companhia que suspendeu a Contabilização Especial / Liquidação prevista pela CCEE. Ainda não houve manifestação do Tribunal sobre o pedido da ANEEL. Além do julgamento do Agravo Regimental, aguarda-se também o julgamento do mérito do recurso da Companhia (embargos de declaração) na Ação Principal, bem como na Ação Cautelar.

Em novembro de 2018, o processo foi encaminhado para novo relator. Em dezembro de 2018, em virtude de audiência realizada com o relator do processo, oportunidade na qual foi apresentada resistência do relator em atribuir efeitos modificativos aos embargos de declaração apresentados pela Companhia, o escritório alterou o prognóstico do caso de perda possível para provável.

Como consequência, os saldos de contas a receber e a pagar relativos as transações da CCEE nos montantes de R\$ 33.121 e 70.887, apresentados na nota explicativa nº 6, foram reclassificadas para provisões para processos judiciais que atualizados pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM (R\$47.848) totalizam R\$85.615 em 31 de dezembro de 2018 (R\$80.065 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação dos processos judiciais é como segue:

	Passivo			
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	154	461	-	615
Provisão	142	794	-	936
Atualização monetária	13	75	-	88
Pagamentos	(142)	-	-	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	167	1.330	-	1.497
Provisão	48	549	37.766	38.363
Atualização monetária	11	101	47.849	47.961
Pagamentos	(48)	-	-	(48)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	178	1.980	85.615	87.773

12.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo dos principais processos judiciais passivos cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

		Valor estimado da contingência	
Notas	Descrição das contingências	2018	2017
Fiscal			
(a)	PIS/COFINS sobre receita de exportação	27.028	26.253
(b)	Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL	23.100	22.344
(c)	Auto de Infração - Multa Isolada	1.649	1.601
Cível			
(d)	Requerimento de arbitragem	Processo encerrado com acordo entre as partes	Não determinado

(a) PIS/COFINS sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R\$ 27.028, atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 26.253 em 31 de dezembro de 2017) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Companhia.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Companhia pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Companhia impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1º instância desfavorável aos interesses da Companhia, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável a Companhia. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a Companhia recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a Companhia já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virtude da decisão do Mandado de Segurança, a Companhia possui uma decisão de mérito favorável aos seus interesses.

(b) Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL

A Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, que somam o valor de R\$ 23.100, atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 22.344 em 31 de dezembro de 2017). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Em julho de 2016, a Companhia foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, as quais correspondem ao valor de R\$ 16.459 em 31 de dezembro de 2018, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa.

(c) Auto de Infração - Multa Isolada

Em março de 2010, a Companhia, foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal visa a cobrança de R\$ 1.649, atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.601 em 31 de dezembro de 2017), a título de multa isolada de 50% sobre as estimativas mensais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativas ao ano-calendário de 2005. Foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em março de 2011, foi interposto recurso voluntário contra essa decisão. Em janeiro de 2013, foi proferida decisão negando provimento ao recurso voluntário, dando ensejo à interposição de Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial.

Seguros garantia

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui seguro garantia para processos judiciais de natureza fiscal conforme relação abaixo:

(a) PIS/COFINS sobre receita de exportação no montante de R\$22.404;

(b) Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$5.983 e;

(c) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE no montante de R\$105.000.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 46.273, sem emissão de ações.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$73.417 (R\$ 27.144 em 31 de dezembro de 2017), correspondente a 1.015.222.739 ações ordinárias. A composição acionária é a seguinte:

	2018		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Brasileira Participações	1.015.222.738	100	1.015.222.738	100
Outros	1	-	1	-
Subtotal	1.015.222.739	100	1.015.222.739	100

b) Reservas

A composição das reservas é a seguinte:

	2018	2017
Reserva de capital		
Ações e opções de ações outorgadas (i)	183	127
Total	183	127
Reservas de lucros		
Reserva legal	-	5.428
Reserva de dividendos não distribuídos	-	21.716
Total	-	27.144

- (i) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

A outorga de ações e opções de ações para constituição da reserva referida no item (i) acima não foi aprovada em sede de reunião prévia nos termos do Acordo de Acionistas da Brasileira Participações S.A. e em Assembleia Geral.

14. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Estatuto social da Companhia estabelece dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Companhia poderá pagar, aos seus acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre o capital próprio.

Segue destinação de resultado de forma resumida com comparabilidade com o exercício anterior:

	2018	2017
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(59.757)	125.994
Constituição de reserva legal	-	(3.716)
Base para pagamentos de dividendos	(59.757)	122.278
Destinação:		
Dividendo mínimo obrigatório	-	61.139
Aumento de capital proposto	-	46.273
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	-	14.866
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	(27.144)	-
(Total prejuízo acumulado) / Total distribuído	(27.144)	122.278

14.1 Absorção de prejuízo com reservas de lucros.

A Diretoria da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo absorção de prejuízo do exercício com reservas de lucros a qual segue: (i) reserva legal no montante de R\$ 5.428 e; (ii) reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 21.716. Tal proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pela AGO.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Venda energia - CCEE ^(*)	(458)	(2.354)
Receita operacional bruta	(458)	(2.354)
(-) PIS	(27)	39
(-) COFINS	(122)	177
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1)	-
Deduções da receita a bruta	(150)	216
Receita operacional líquida	(608)	(2.138)

(*) O saldo refere-se a reversão de custos adicionais de operação de caráter emergencial incorridos em 2014, e que se encontravam pendentes de ressarcimento. Desde outubro de 2016 o saldo encontrava-se em análise pelo órgão regulador e, em 2017 e 2018, a Companhia efetuou ajustes na estimativa a receber, referente ao referido ressarcimento, nos montantes de R\$ 2.454 e R\$ 513, respectivamente.

16. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Acordo YPF ⁽ⁱ⁾	-	190.890
Ressarcimento de manutenção	2.069	-
Seguros	(1.088)	(1.027)
Aluguéis	(106)	(109)
Tributos	(72)	(97)
Perdas por falta em inventário	(441)	-
Outros	130	59
Total	492	189.716

(i) Requerimento de arbitragem: Em 30 de dezembro de 2016, a Companhia e a YPF chegaram a um acordo pelo qual a YPF se comprometeu ao pagamento de US\$ 60.000 (R\$ 190.164 mais impostos) à Companhia para pôr fim às discussões relacionadas à arbitragem. O referido acordo foi aprovado pela Diretoria Executiva da YPF em 06 de janeiro de 2017 e os valores transferidos para a Companhia em 10 de janeiro de 2017. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.2 (e) das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	9.819	16.831
Atualização monetária sobre créditos tributários	1.879	161
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	105	88
PIS/COFINS sobre receita financeira	(549)	(794)
Subtotal	11.254	16.286
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre processos judiciais (nota nº 12.1)	(47.961)	(88)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(82)	(831)
Seguro garantia	(922)	(524)
Atualização monetária sobre P&D	(237)	(485)
Outras despesas financeiras	(1.186)	(5)
Subtotal	(50.388)	(1.933)
Variações cambiais		
Outras variações cambiais	147	(40)
Total	147	(40)
Total Líquido	(38.987)	14.313

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Despesas com imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram computadas conforme apresentado a seguir:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(13.168)	(4.749)
Diferido	-	-	(22.656)	(8.156)
Total	-	-	(35.824)	(12.905)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	(59.757)	(59.757)	174.724	174.724
Adições (exclusões) temporárias:				
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa- PECLD	(2.495)	(2.495)	(4.303)	(4.303)
Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	(20.521)	(20.521)	(98.724)	(98.724)
Provisões fiscais	650	650	869	869
Fornecedores - Provisão fornecedores	(156)	(156)	(10)	(10)
Provisão para participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	(115)	(115)
Outros	303	303	(63)	(63)
Despesas não dedutíveis - diferenças permanentes	-	-	3.007	3.007
Total das adições (exclusões)	(22.218)	(22.218)	(99.340)	(99.340)
Base de cálculo antes da compensação	(81.975)	(81.975)	75.384	75.384
(-) Compensação do prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(22.615)	(22.615)
Base de cálculo	(81.975)	(81.975)	52.769	52.769
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	(13.168)	(4.749)
Reversão de tributos diferidos sobre outras diferenças temporárias	-	-	(11.576)	(4.167)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa - exercícios anteriores	-	-	(11.080)	(3.989)
Total tributos no resultado	-	-	(35.824)	(12.905)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	-20,5%	-7,4%

18.2 Tributos e contribuições sociais diferidos (ativo fiscal diferido)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia acumula prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias que gerariam potenciais créditos tributários a serem constituídos (desta forma não reconhecidos em seu balanço patrimonial), conforme segue:

	2018	2017
Prejuízo fiscal	450.436	370.720
Base negativa de contribuição social	450.435	370.719
Diferenças temporárias	319.516	341.828

A Companhia pretende reconhecer imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis demonstrados acima somente quando houver expectativa de gerar lucros tributáveis futuros que acomodem os respectivos valores.

19. PARTES RELACIONADAS

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Passivo circulante		
Dividendos a pagar:		
Brasileira Participações	-	76.570
Total	-	76.570

O saldo de dividendos era composto por:

- (i) Dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016 no montante de R\$ 10.153;
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios de 2016 aprovados em 20 de abril de 17 em Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 5.278;
- (iii) Dividendos mínimos obrigatórios de 2017 aprovados pela diretoria em 11 de janeiro de 2018, no montante de R\$ 61.139.

Em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia e da Brasileira Participações realizadas em 27 de janeiro de 2017 foi aprovada a postergação do pagamento dos dividendos da Companhia para a Brasileira Participações, referentes ao exercício social de 2015 e 2016 no montante de R\$ 10.153 e R\$5.278, para até o final do exercício de 2017. A Companhia solicitou nova postergação em Reunião de Diretoria realizada em 19 de dezembro de 2017. O pagamento dos dividendos no montante total de R\$ 76.570, relativos aos exercícios sociais de 2015 a 2017, ocorreu em 03 de dezembro de 2018.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a remuneração foi conforme segue:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo (a)	725	734
Outros benefícios de longo prazo (b)	65	27
Benefícios de Rescisão Contrato de Trabalho	84	-
Remuneração baseada em ações (c)	53	27
Total	927	788

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas.
- c) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

A remuneração global dos administradores para os exercícios de 2018 e 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018. Contudo, não foi aprovada em sede de reunião prévia nos termos do Acordo de Acionistas da controladora Brasileira Participações S.A., uma vez que a Companhia entende que as referidas propostas são compatíveis com a média praticada pelo mercado o assunto não demanda aprovação em sede de Reunião Prévia do referido Acordo de Acionistas.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		2018		2017		
Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	85	23	23	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	104.432	104.432	175.653	175.653	Valor Justo por meio de resultado
Contas a receber	5 / 6	-	-	33.682	33.682	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	12.1	3.218	3.218	2.400	2.400	Custo amortizado
Total		107.735	107.735	211.758	211.758	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.291	1.291	1.104	1.104	Custo amortizado
Contas a pagar por vendas e compras de energia - CCEE	6	-	-	70.887	70.887	Custo amortizado
Dividendos a pagar	19	-	-	76.570	76.570	Custo amortizado
Total		1.291	1.291	148.561	148.561	

A rubrica investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs e operações compromissadas) os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos demais instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

20.2 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta o instrumento financeiro registrado a valor justo, conforme método de mensuração:

		2018			2017			
Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO								
Investimentos de curto prazo	104.432	-	104.432	-	175.653	-	175.653	-
Total	104.432	-	104.432	-	175.653	-	175.653	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *Compliance*, imagem, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia esta exposta.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada Uruguiana, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e *Compliance*

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de *Compliance* da Companhia visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo que a Companhia conduza um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa

assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2018
ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	85
Investimentos de curto prazo	104.432
Total da exposição	104.517

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Posição em 31 de dezembro de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos
Fornecedores	1.291	-	-
Total	1.291	-	-

(b.3) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Entretanto, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina geradora, a Companhia gerencia seu capital com objetivo único de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador.

Riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2018 foi:

	2018
Investimentos de curto prazo	104.432
Total da exposição	104.432

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A

data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2018	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,30%	4,95%	6,59%	8,24%	9,89%
Investimentos de curto prazo	CDI	104.432	3.443	5.165	6.886	8.608	10.330
Total		104.432	3.443	5.165	6.886	8.608	10.330

(c) Outros riscos considerados relevantes para a Companhia

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.3) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

21. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31-dez-18	31-dez-19	3.750.000
Seguro Terrorismo	31-dez-18	31-dez-19	975.000
Vida em grupo	1-jan-19	1-jan-20	25 x salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	1-abr-18	1-abr-19	40.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	1-abr-18	1-abr-19	100.000
Riscos ambientais	1-abr-18	1-abr-19	10.000
Frota de veículos - RCF	1-abr-18	1-abr-19	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais. Faz do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.